



OS ENTRAVES PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA DIANTE DO PRIMADO UNIVERSALISTA DO COLONIALISMO EUROPEU

THE BARRIERS TO ACCESS TO EMANCIPATORY EDUCATION IN THE FACE OF THE UNIVERSALIST PRIMACY OF EUROPEAN COLONIALISM

Raul de Barros Neto 1
Renata Furtado de Barros 2

Resumo: O presente artigo trata de uma análise da Educação brasileira na contemporaneidade, suas matrizes ideológicas coloniais que servem o capital. Analisa-se como a educação brasileira pode se instituir de forma democrática em tempos nos quais o colonialismo e o patrimonialismo reafirmam-se como formas restritivas do pensamento humano. Levanta-se a hipótese de que somente a instituição de uma educação emancipadora é capaz de quebrar o paradigma colonial que serve o capital e que é reafirmado pela atual política de exclusão social do governo brasileiro, em especial no âmbito da educação. Utiliza-se como base epistemológica a crítica ao sistema colonialista educacional, reafirmando a importância da valorização das relações humanas dotadas de subjetividade. Prioriza-se a instituição de uma educação que leve em conta as diversidades das epistemologias do Sul que dão lugar de fala aos diversos grupos que muitas vezes são subjugados por políticas educacionais que reafirmam o poder das elites.

Palavras-chave: Educação Emancipadora. Colonialismo. Universalismo Europeu. Epistemologias do Sul. Direito à Educação.

Abstract: This article deals with an analysis of Brazilian education in contemporary times, its colonial ideological matrices that serve the capital. It is shaped how Brazilian education can be instituted democratically in times when colonialism and patrimonialism are reaffirmed as restrictive forms of human thought. It raises the hypothesis that only the institution of an emancipatory education can break the colonial paradigm that serves capital and is reaffirmed by the current policy of social exclusion of the Brazilian government, especially in the field of education. The epistemological basis is the criticism of the educational colonialist system, reaffirming the importance of valuing human relations endorsed with subjectivity. It prioritizes the institution of an education that considers the diversities of southern epistemologies that give way of speaking to the various groups that are often subjugated by educational policies that reaffirm the power of elites.

Keywords: Emancipatory Education. Colonialism. European Universalism. Southern Epistemologies. Right to an Education.

-
- 1 Doutorado em Educação pela PUC Minas. Mestre em Fisiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Biólogo, Psicólogo clínico, Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4282-4193>. E-mail: raulbneto@gmail.com
 - 2 Doutora e Mestra em Direito Público pela PUC Minas. Advogada. Professora Adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde leciona a disciplina Tópicos Especiais em Direitos Humanos e Decolonialidade – Gênero, Raça e Sustentabilidade Ambiental. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8492-4934>. E-mail: renatabarrospucminas@gmail.com
- 

Introdução

As relações humanas são organizadas em sociedade através da lógica do estabelecimento de relações sociais que ocorrem por meio de sistemas coparticipativos de subsistência social, entretanto, a base de instituição de ordem dessas relações não se dá pelo respeito colaborativo baseado em relações de identidades, mas na imposição de diferentes formas de poder entre os diversos grupos sociais que se relacionam por meio de um sistema social de suportabilidade.

A pacificação social se dá por meio do estabelecimento de um sistema que desconsidera a diversidade humana, as suas subjetividades e organiza as relações sociais em prol daqueles que têm a capacidade de ditar, pelo exercício do poder público ou da riqueza privada, as regras de convivência social, o que historicamente tende a objetivar a construção de sociedades nas quais grande parte dos seres humanos são tratados como peças de uma engrenagem que servem aos pequenos grupos que exercem o poder, em prol da manutenção do sistema capitalista moderno.

O problema em análise é: como a educação brasileira pode se instituir de forma democrática em tempos sombrios nos quais o colonialismo e o patrimonialismo reafirmam-se como formas restritivas do pensamento humano? Diante desse cenário, impositivo de uma relação que inclui poucos e exclui muitos, objetiva-se com o presente trabalho discutir os principais obstáculos ideológicos desse sistema que são enfrentados diante da dificuldade do acesso à uma educação emancipadora que permita aos diversos grupos sociais se educarem, de forma crítica e não colonizada para participação social cidadã.

As premissas de uma organização social Moderna, colonialista e que tem como base o padrão europeu relacional para todos os grupos sociais, tendo em vista o pressuposto de eugenia no equívoco histórico do pseudo aprimoramento humano através da exclusão, estabelece uma educação que ao invés de emancipar o ser humano pelo conhecimento e inclusão da pluralidade e diversidade de identidades humanas, educa para legitimar através do discurso científico linear a reafirmação de existência de uma única identidade humana adequada: a estabelecida por aqueles que são detentores de poder e que reafirme a sua hegemonia.

O atual cenário do tratamento da educação brasileira apresenta-se como um retrocesso à valorização da educação crítica que liberta os sujeitos das relações violadoras da dignidade humana em um sistema capitalista. Levanta-se a hipótese de que o retrocesso vivido pode ser combatido por uma educação cidadã que reafirma a importância do respeito à dignidade humana e que estabeleça de forma crítica uma resistência a qualquer forma de exercício de poder que não preconize a proteção do ser humano.

Utiliza-se como base epistemológica a crítica ao sistema colonialista de relações políticas estatais e sociais que se fundamenta no patrimonialismo e na objetivação capitalista das relações humanas dotadas de subjetividade, em especial, quando se trata da busca pela instituição de uma educação emancipadora. Adota-se o método hipotético dedutivo tendo como principal fonte de pesquisa a análise de referencial bibliográfico.

A ideologia colonialista europeia e a lógica de competição capitalista global

As relações humanas estão sustentadas por uma política competitiva, voltada para a disputa de poder entre os diferentes atores sociais, que é cada vez mais estimulada pela busca do lucro e do sucesso social, características fundamentais do ideal capitalista.

A análise da natureza humana, a partir da premissa Hobbesiana de caracterização do homem, defende que a torpeza humana cria uma necessidade de instituição impositiva de um Estado-Leviatã opressor e máximo, que consiga estabelecer um controle absoluto das relações sociais, por meio da coercibilidade e da força do Estado, que tem o papel principal de oprimir seu povo em prol de uma ordem objetiva. (HOBBS, 1988, p. 48).

E dado que a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão, e não havendo nada, de que possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. Portanto, enquanto perdurar este direito de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem (por mais forte e sábio que seja) a segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite aos homens viver. Consequentemente é um preceito ou regra geral da razão, que todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. A primeira parte desta guerra encerra a lei primeira e fundamental de natureza, isto é, procurar a paz, e segui-la. A segunda encerra a suma do direito de natureza, isto é, por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos (HOBBS, 1988, p. 48).

Nas relações sociais entre Estados nacionais a relação é de constante competição, sendo que as grandes potências convivem com os outros Estados com uma realidade política de extrema insegurança e desconfiança. O objetivo das grandes potências é sempre uma busca por mais poder hegemônico, o que serve como combustível para a competição constante entre os Estados por mais poder econômico e militar e, conseqüentemente, pela possibilidade de através desses poderes, conseguir impor o seu modo de ser, pensar e de educar de forma colonial a todos os outros grupos sociais (MEARSHEIMER, 2007, p. 17).

Na lógica de competição colonialista, o objetivo principal dos Estados nacionais é aumentar a sua quota de poder mundial, através da conquista do poder de outros Estados, subjugando-os e obrigando-os a entender o mundo a partir daquele único ponto de vista do Estado e da cultura hegemônica. Qualquer um que possa desestabilizar a lógica competitiva desse sistema internacional é visto como uma ameaça e acaba sendo combatido (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 22).

A lógica capitalista e moderna das relações interestatais faz com que as grandes potências raramente sintam-se satisfeitas com o poder que já possuem; pelo contrário, motivam-se pelo incentivo ideológico constante de alterarem ao seu favor a balança de poder. Nem sempre os custos e os riscos de tentar modificar o equilíbrio de poder são convenientes de serem enfrentados, forçando as grandes potências a aguardarem circunstâncias mais adequadas (MEARSHEIMER, 2007, p. 20).

Chama-se de “universalismo”, o que é de interesse das grandes potências de ser difundido para todos de forma naturalizada como a única epistemologia humana. Os pequenos grupos hegemônicos encampam a ideia de globalização em prol do estabelecimento de relações que tenham como objetivo a proteção de ideais universais, mas, de forma sistêmica, essa imposição chamada de universal não conta com a participação democrática e dialógica das diferentes epistemologias presentes nos agrupamentos humanos que são chamados de minorias, por não possuírem poder econômico ou militar que os permita também agir de forma a desestabilizarem as dinâmicas de poder (WALLERSTEIN, 2007, p. 25).

A retórica europeia e dos Estados que copiam o padrão colonial das relações de poder apelam para o argumento universalista como algo natural e instituidor de uma defesa de proteção da dignidade humana, *per sí*, sem a necessidade da abertura de debates democráticos sobre o conhecimento e como as relações sociais devem ser instituídas com respeito às diversidades. Divide-se o mundo entre ‘nós’ e ‘eles’, sendo que todos aqueles que não fazem parte do seletor grupo ‘deles’ que se identifica com a ideologia dominante social, deve se adequar por meio da colonização violenta de todas as áreas de sua existência, em especial dos saberes. Nas palavras de Wallerstein, “não há nada tão etnocêntrico, tão particularista, quanto a pretensão ao universalismo” (WALLERSTEIN, 2007, p. 73).

No fundo, o debate estabelece uma discussão crítica sobre o que se pretende determinar

como universalismo, observando-se que o universalismo dos detentores de poder não é verdadeiramente universal e diverso, pois essa unidade objetiva não existe quando se preconiza o respeito à dignidade humana. Immanuel Wallerstein nomeia de “universalismo europeu” essa ideologia distorcida de uniformidade imposta a todos que são obrigados a ser e existir somente de acordo com o que determina a ideologia daqueles detentores de poder econômico, militar e conseqüentemente político (WALLERSTEIN, 2007, p. 27).

Entretanto, a manutenção desse domínio ideológico não se sustenta somente pela força estatal, o que fez necessária a difusão do pensamento universalista europeu a todas as classes da sociedade (WALLERSTEIN, 2007, p. 110). Esse fato ocorre até hoje com a elaboração de justificativas, aparentemente éticas e legais, para a adoção do que os países dominantes do sistema internacional julgam ser o mais “correto” e “justo”.

Analisar as relações interestatais é importante ponto de partida para compreensão da ótica colonialista e capitalista que acaba determinando as diretrizes dos comportamentos humanos nas relações sociais, mesmo no âmbito privado individual e na atual gestão política do governo brasileiro que ecoa essa ideologia colonizadora e repressiva da dignidade humana. A realidade competitiva das relações interestatais leva a uma necessidade de dominação ideológica-educacional de todos os grupos que manifestarem o seu pensamento de forma diferente daquela criada e vivenciada pelos detentores de poder.

O colonialismo nas relações brasileiras de gestão de poder

O mundo moderno teve como ponto de partida a busca pela utilização da ideologia do universalismo europeu e da força centralizadora do Estado nacional, em prol da defesa de uma aderência universal impositiva ao pensamento das classes sociais dominantes. Jessé de Souza afirma que se estabelece um controle ideológico coercitivo que estimula a reafirmação da estratificação social para que as coletividades populacionais subalternas se mantenham em suas castas sociais inferiores, em prol da servidão da elite (SOUZA, 2012, p. 20).

Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico –, mas sim por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes (...) Esse esclarecimento teórico é fundamental para que a dominação social de alguns poucos setores privilegiados, com acesso à possibilidade de construir e utilizar para seus próprios fins “a pauta das questões julgadas relevantes” em cada época e sociedade específica, não distorça os fatos de modo a legitimar os próprios privilégios (SOUZA, 2012, p. 45).

O detentor de poder não se preocupa com as minorias, assim como os europeus não consideravam os povos originários das Américas (chamados por eles de índios) como sujeitos de direitos e pessoas humanas dotadas de dignidade. Analisar as relações humanas, quebrando esse paradigma de colonialidade exige, nas palavras de Boaventura Souza Santos:

Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:
aprender que existe o Sul;
aprender a ir para o Sul;
aprender a partir do Sul e com o Sul (SOUZA SANTOS, 1995, p.7).

A denúncia da existência de um colonialismo europeu hegemônico em todos os campos das relações sociais humanas ganha força pelos estudos de Boaventura Sousa Santos e da necessidade da percepção de que a epistemologia científica e, conseqüentemente, a educação, reproduzem as dinâmicas de encobrimento do outro, em prol de uma reafirmação constante da ideologia hegemônica que coloniza todos aqueles que possam divergir do padrão imposto.

O ponto de partida de toda história e ciência social estudada nas Américas e no Brasil é o ideal europeu de colonização que durante muitos séculos impediu a narração da história das Américas pelo ponto de vista dos colonizados e não dos colonizadores, respeitando-se uma legítima construção de epistemologias do Sul (SOUSA SANTOS, 1995, p.13).

A ideologia de imposição da cultura europeia, sobre todas as outras culturas, inicia-se com o que é denominado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos como a “primeira globalização do colonialismo”, que se caracteriza pela ocupação forçada do território das Américas, mediante o extermínio e dominação de milhares de povos. A história é contada a partir do olhar do vencedor europeu como o grande ‘descobridor das Américas’ e entende-se esse evento como uma importante possibilidade de conquista do ‘novo mundo’ que não tinha dono e, portanto, estava inabitado, pronto para ser conquistado. Percebe-se, nesse período, o início de um padrão de imposição de vontades dos ricos sobre os pobres e dos fortes sobre os fracos na América Latina, o que acaba se reproduzindo ao longo da história e nos tempos sombrios que vivemos na política brasileira (SANTOS, 2008, p.11).

A dominação do discurso histórico é a principal evidência de como a educação colonial é importante arma para a legitimação dos discursos de exclusão dos grupos colonizados. O chamado de descobridor das Américas foi uma verdadeira invasão de territórios habitados por inúmeros povos nativos. Segundo Milton Santos, de 1500 a 1600 setenta milhões de nativos foram exterminados, mais de duas mil línguas desapareceram e a narrativa histórica até então utilizada, nos livros didáticos, é a da ótica colonialista do genocida europeu que se autointitulou descobridor do Novo Mundo (SANTOS, 2008, p.13).

Ainda na visão de Milton Santos a Segunda Globalização ocorre com a fragmentação dos territórios no fim do Século XX que é o século das revoluções tecnológicas e momento em que tudo se justifica pelo objetivo do consumo. Segundo Milton Santos o que é imposto como ideologia dominante, que advém das discussões políticas de Guerra Fria e da preponderância do pensamento capitalista, é a noção de que o consumo se tornou o “grande fundamentalismo” do século XX. As Empresas globais agem sobre o território fragmentando, uma vez que elas passam a ser as grandes detentoras de poder, o que serve ao ideal consumista (SANTOS, 2008, p.24).

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia (SANTOS, 2008, p.25).

A ideologia que exige a vivência humana de forma global e que incita a necessidade constante de ser humano de consumir mais, para provar melhor o seu valor no mundo (ter passa a determinar o ser), é fomentada pela criação da fábula da globalização do mundo como nos é reportado, como nos obrigam a ver através na mídia e da manipulação da informação. A ideia da existência de uma aldeia global, legitima a instalação de um mercado capitalista avassalador da dignidade humana, que acentua as desigualdades sociais, e que a todo momento envolve os seres humanos em uma lógica de imposição sistêmica dessa globalização perversa e quase impossível de se contestar pela resistência.

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política.

Há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas. E, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre

as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história (SANTOS, 2008, p.12).

Milton Santos chama a globalização de “fábula” pois ela é criada para reafirmar a ficção de que naturalmente os espaços humanos tornam-se globais e a ideologia reinante deve levar o mundo ao sucesso econômico. A informação e a educação, que deveriam ser ferramentas de possibilidade crítica dessa ideologia da perversidade, passam a ser instrumentos de reafirmação da submissão social ao ideal de servidão do capital. A comparação constante das riquezas das nações com a instituição de números de mensuração do sucesso econômico dos Estados como, o PIB – produto interno bruto, por exemplo, estabelece um critério que não leva em conta a qualidade de vida de todos, mas a riqueza de poucos, para se mensurar a forma como cada nação deve viver (SANTOS, 2008, p.21).

A educação emancipadora como alternativa diante dos tempos sombrios

A Educação tem sido estudada através das mais diversas teorias desde os primórdios da humanidade, entretanto essas análises, muitas vezes, tentam explicar o processo de ensino-aprendizagem, sem levar em conta a subjetividade dos sujeitos envolvidos nesse processo. O estabelecimento de métodos objetivos de ensino, que não levem em conta a singularidade humana em cada processo de cognição, estabelece uma regulação e uniformização da maneira como o acesso à educação é estabelecido a todos, o que em muitos casos, apresenta-se muito mais como um entrave do que como um direito a ser acessível de forma igualitária.

A construção do ideal de uma educação meramente tecnicista e instituída em massa para formação de profissionais e não de seres livres para pensar, viver e questionar, estabelece-se muito mais como uma forma de conformação social do que de emancipação do sujeito como um cidadão instruído de forma crítica para participar dos espaços sociais de convivência plural da sociedade. Essa educação para a conformação do capital é estimulada pelos processos de globalização da perversidade capitalista tão criticados pelos ensinamentos de Milton Santos e de outros autores previamente estudados.

O ideal de Estado Moderno, instituído a partir do fim da Idade Média e do surgimento dos Estados Nacionais, uniformiza, através do Direito, como as condutas sociais devem ser controladas e a educação, que teria o papel de emancipar esses sujeitos da violência sistêmica ditada pelos Estados e pelas grandes empresas transnacionais, objetiva apenas limitar a capacidade de acesso a uma educação crítica, emancipadora e capaz de incluir todas os grupos dotados de diversidades no *locus* democrático de cidadãos.

Essa ideologia que faz com que as ciências sociais e ciências sociais aplicadas se voltem para um ideal conformador da humanidade e não revolucionário e humanista das relações, estabelece uma busca de uma educação formatada para atender aos interesses do capital e não às premissas éticas de uma educação *pro homine*. A educação dominante é a educação hegemônica.

O colonialismo europeu defende a tese do estabelecimento de estudos filosóficos, científicos, sociais e políticos que primem pelo estabelecimento de uma sociedade mundial cada vez mais uniforme e global, tendo se estabelecido inclusive como premissa ideológica a análise da globalização como uma forma ideal de estabelecimento das relações sociais. Entretanto, a globalização construída por essa Modernidade não tem nada de global, plural ou verdadeiramente democrática.

A acepção moderna de democracia alia-se ao ideal do universalismo europeu que estabelece relações nas quais a democracia institui-se como ideologia de imposição da vontade da maioria que está no poder sobre as minorias excluídas que devem se sujeitar a essa uniformização.

Utiliza-se do discurso racional de igualdade formal, referendada pela igualdade perante a lei criada pelo direito, que estabelece a ficção moderna de que todos são iguais nesse sistema, sendo

que a exclusão das diversidades dos espaços de discussão política e de educação cidadã apenas referenda um sistema perverso de exclusão daqueles que tenham características não aceitas como lucrativas pelo sistema capitalista moderno.

O acesso a educação como direito humano e fundamental de todos reafirma-se apenas na formalidade da lei, mas apesar disso a ótica do mercado ainda prepondera sobre a percepção do respeito às diversidades e da percepção dos sujeitos como pessoas humanas e não como profissionais responsáveis pelo aumento do lucro privado e público.

Além disso, a proteção jurídica dos direitos humanos tem se baseado na construção epistemológica de um direito edificado de forma igualitária e universal, impondo-se coercitivamente, apesar da realidade social que reafirma a distinção discriminatória entre aqueles tidos como normais e os colocados como parte dos excluídos. A educação se estabelece a partir daqueles que dominam para os dominados, reafirmando os estamentos sociais históricos que impedem a libertação, por meio da educação.

Ao se analisar os argumentos embutidos nas várias doutrinas apresentadas, observa-se que estes sempre tentam demonstrar a superioridade dos detentores de poder. A educação passa a se ocupar de justificar a existência de uma superioridade de uns sobre outros, para validar, muitas vezes por meio da meritocracia capitalista, a exclusão sistêmica daqueles que não fazem parte da elite.

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar (CHALHOUB, 2020, p.1).

A capacidade e sapiência do poderoso e a aceitação de sua dominação é ainda reafirmada pela defesa da ideia de que a longo prazo a dominação também será mais benéfica para os dominados que devem se sacrificar em prol de um ideal global de sucesso econômico utilitarista. Essa técnica ainda hoje é muito utilizada pelos governos autoritários e coloniais, assim como o atual governo brasileiro.

Pessoas que se enquadram cegamente no coletivo fazem de si mesmas meros objetos materiais, anulando-se como sujeitos dotados de motivação própria.(...) Inclui-se aí a postura de tratar os outros como massa amorfa. Uma democracia não deve apenas funcionar, mas sobretudo trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia como uma sociedade de emancipados.(...) A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência (ADORNO, 1995, p.1).

O que se busca por meio de uma ideologia emancipadora, reafirmada por uma educação que preconize o respeito à dignidade humana e às diversidades sociais é uma alternativa ao universalismo europeu, reinante no sistema político das relações públicas e privadas do capital, por meio da instauração de um universalismo que leve em conta a diversidade humana. A educação emancipadora não combina com argumentos ideológicos que exijam que os diferentes grupos sociais aceitem o estabelecimento de relações pautadas na dominação e na violação da dignidade humana.

Boaventura Souza Santos reafirma essa premissa ao defender que:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SOUZA SANTOS, 2003, p. 56).

Paulo Freire ao tratar da Educação como prática da Liberdade critica a educação tradicional que é reiteradamente utilizada nas escolas, de forma a massificar o ensino, sem levar em conta todos os sujeitos participantes do processo de ensino-aprendizagem e suas características. A preocupação do autor está na necessária e contemporânea percepção de que apesar dos diversos problemas econômicos enfrentados pela sociedade brasileira o processo de “democratização fundamental” é o que caracteriza o respeito à dignidade humana nas relações sociais. O objetivo da educação deve ser o de estabelecer a passagem de uma análise ingênua de mundo para uma análise crítica (FREIRE, 1999, p. 85).

A contribuição a ser trazida pelo educador brasileiro à sua 86 sociedade em “partejamento”, ao lado dos economistas, dos sociólogos, como de todos os especialistas voltados para a melhoria dos seus padrões, haveria de ser a de uma educação crítica e criticizadora. De uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica, somente como poderíamos, ampliando e alargando a capacidade de captar os desafios do tempo, colocar o homem brasileiro em condições de resistir aos poderes da emocionalidade da própria transição. Armá-lo contra a força dos irracionalismos, de que era presa fácil, na emersão que fazia, em posição transitivante ingênua (FREIRE, 1999, p. 85-86).

A educação necessária é a “educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” a fim de se permitir a educação para se estabelecer um diálogo constante com o outro, uma vez que a democracia exige a postura de liberdade de fala e capacidade de escuta na construção dos espaços políticos inclusivos. A educação deve ser uma “educação corajosa” para que ela empodere o homem comum para exercer o seu direito de participação política (FREIRE, 1999, p. 85-86).

Paulo Freire ressalta, ainda, a importância de instituição de uma educação que estabeleça pontes de compreensão teórica com a realidade vivida por cada sujeito, em prol de uma conscientização social que contribuirá para a efetivação do ideal democrático que muitas vezes se institui de forma muito mais verbal do que real no Estado brasileiro. Deve-se evitar uma educação que se prenda somente à verbalização não aplicada, com ensinamentos massificados e que não emancipem o sujeito para pensar criticamente a própria realidade de forma democrática. Nas palavras de Freire critica-se uma “Educação que se perca no estéril bacharelismo, ôco e vazio. Bacharelismo estimulante da palavra “fácil”. Do discurso verboso”. (FREIRE, 1999, p. 93).

Quase sempre, ao se criticar esse gosto da palavra ôca, da verbosidade, em nossa educação, se diz dela que seu pecado é ser “teórica”. Identifica-se assim, absurdamente, teoria com verbalismo. De teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que lhe damos, de oposição à realidade. De abstração. Nossa educação não é teórica porque lhe falta esse gosto da comprovação, da invenção, da pesquisa. Ela é verbosa. Palavresca. É “sonora”. É “assistencializadora”. Não comunica. Faz comunicados, coisas diferentes (FREIRE, 1999, p. 93-94).

Sendo assim, “a educação teria que ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança

de atitude". (FREIRE, 1999, p. 93). O brasileiro educado para a liberdade crítica, para raciocinar a sua realidade de forma científica, liberta-se do estigma de passividade histórica para a atuação como cidadão ativo na construção da democracia brasileira. A capacidade de nos conhecermos e estudarmos a nossa própria realidade política, histórica e cultural a partir do próprio lugar de onde estamos e não a partir do olhar colonial dos outros povos, que reiteradamente nos colonizam, é a única alternativa para a construção de um Estado brasileiro democrático, no qual a gestão política não seja verticalizada e imposta por supostos representantes do povo que em nada cumprem seu compromisso democrático de representação de todas as diversidades populares, conforme teoricamente determinado na Constituição de 1988.

Portanto, a análise intelectual crítica e aplicada a cada contexto sócio-histórico e cultural do mundo será basilar para a quebra dos paradigmas colonizadores, uma vez que essa postura intelectual, com base na liberdade, não estará preocupada em agradar ou legitimar os que estão no poder, mas em construir diálogos democráticos inclusivos. Essas análises terão o compromisso com a intelectualidade e com a defesa da dignidade de todos os seres humanos, respeitando os ideais de igualdade, sem restringir as práticas e existências legítimas das diversidades. Essa postura reafirma a preocupação em não haver uma substituição do colonialismo europeu por um outro tipo de universalismo arbitrário, que leve em consideração apenas o interesse de um grupo social específico que detenha o poder.

Pedagogia do amor

A construção de um agir ético e de uma educação que leve em conta os ideais democráticos de respeito ao ser humano e, conseqüentemente, a instituição da proteção de direitos humanos a todos, de forma inclusiva, exige como ponto de partida o estabelecimento de uma educação como prática da liberdade e da inclusão crítica do homem nos espaços de discussão política.

Humberto Maturana ao tratar da importância da ética na instituição de relações sociais reafirma que a condição humana de valorização da existência do outro e de seus direitos depende de uma educação plural que leve em conta a intelectualidade consorciada com a capacidade humana de sentir empaticamente os impactos do sofrimento do outro. Somente aqueles que possuem determinadas premissas morais fundamentais têm a capacidade de executar um agir ético que seja inclusivo e defensor da percepção de que todos os seres humanos devem ser incluídos no diálogo democrático e ético (MATURANA, 1998, p. 72).

Maturana afirma que "o racional é um operar num âmbito de coerências operacionais e discursivas baseado num conjunto de premissas fundamentais, aceitas a priori, que o determinam". (MATURANA, 1998, p. 72). Assim sendo, a justificativa racional para o agir ético e defensor da humanidade somente atingirá aqueles que possuem as premissas fundamentais éticas que os permitem aceitá-la como legítima. Uma educação que busque somente reafirmar as práticas competitivas e de exclusão de um ideal colonial e imperialista valoriza a construção de dinâmicas que reafirmam a subjugação de uns sobre os outros. A educação inclusiva e baseada no *pro homine*, que se estabeleça a partir uma análise crítica das conseqüências que nossas ações têm sobre os outros, baseando-se no fenômeno que tem a ver com a aceitação do outro como legítimo na convivência, sem exigências e ainda, como sujeito de direitos e de sua diversidade, pertencendo, este arcabouço teórico, ao domínio do amor.

Em outras palavras, a preocupação ética nunca ultrapassa a comunidade de aceitação mútua em que surge. Por isso, se de fato queremos viver uma democracia que se estenda por todo o país, temos que fazer dele uma unidade com um fundamento ético-moral comum, no qual todos sejamos legítimos. Temos que fazer do país uma unidade com um propósito comum, que efetivamente o defina como unidade, e dentro da qual todos os chilenos sejamos emocionalmente aceitos como membros (MATURANA, 1998, p. 72).

A dificuldade de conseguir educar eticamente aqueles que não possuem a capacidade empática de ver no outro a mesma humanidade que vê em si é um grande desafio a ser enfrentado pela educação diante da reafirmação constante dos ideais de competição capitalista e colonialistas presentes nos sistemas sociais.

Nessa perspectiva, vale lembrar os ensinamentos de Montessori que preconizam a educação de sujeitos e não indivíduos, uma vez que sujeitos são críticos, ativos e socialmente construtores históricos e indivíduos são submissos e objetos de ações equivocadas no campo da tirania e do desrespeito dos direitos e da cidadania. A educação para a paz preconiza o culto à cooperação ou colaboração como ferramenta de construção da paz social, fundada na fraternidade e não na competição que fomenta a guerra, o desentendimento, a exclusão e a violência social.

Paz é um princípio prático da civilização humana e da organização social que está fundamentada na própria natureza humana. A paz não escraviza o homem, pelo contrário, ela a exalta. Não humilha, muito ao contrário, ela o torna consciente de seu poder no universo. E porque está baseada na natureza humana, ela é um princípio universal e constante que vale para todo ser humano. É esse princípio que deve ser nosso guia na elaboração de uma ciência da paz e da educação dos homens para a paz (MONTESSORI, 2004, p. 54).

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. (FREIRE, 1999, p.97).

Assim sendo, entende-se que diante do colonialismo europeu e capitalismo, sistemicamente reafirmado por uma educação que busca o acirramento de relações instituídas por dinâmicas de competição de poder, deva ser substituída por uma educação que se baseie no amor, no respeito às diversidades e na necessidade de formação de cidadãos que tenham a capacidade democrática para discutir e construir consensos em prol da humanidade.

Conclusão

A perspectiva moderna de uniformização da educação, que em um primeiro olhar anuncia uma viabilidade de reconhecimento do direito a uma educação formal para todos, sem distinções e de forma igualitária, esconde a ótica colonialista fruto da Modernidade Europeia. Utiliza-se do discurso educacional das massas para eliminar a possibilidade de se instituir uma liberdade crítica e de reconhecimento da inclusão das diversidades por meio de uma educação para cidadania democrática do povo brasileiro.

Exige-se de uma análise emancipadora pedagógica que se revise as diferentes formas de verbalização não aplicada da educação para as massas em prol da defesa dos direitos humanos e da educação com o olhar do colonizado e não do colonizador. Busca-se, portanto, discutir a educação como forma de emancipação e de instrução libertária do sujeito como cidadão ativo na democracia. Não há democracia sem educação que permita que os sujeitos reivindiquem os seus direitos humanos de forma ativa e participativa, de acordo com suas reais identidades plurais, construídas apesar da uniformidade imposta artificialmente pelo Colonialismo e pelo Capitalismo.

As relações dos seres humanos com os Estados ainda são muito submetidas por ideais universalistas que tiram do sujeito a sua liberdade de ser e existir dentro da coletividade social sem precisarem se uniformizar.

Novas teorias surgem na busca da instituição de uma educação que respeite o ser humano em sua integralidade e diversidade e a base de todos os pensamentos de uma educação que atenda a esse ideal inclusivo a crítica aos padrões hegemônicos e capitalistas que tratam os seres humanos como meras peças de uma engrenagem que objetiva o lucro.

A educação que repita somente a estrutura histórica e filosófica europeias, cria uma perspectiva obtusa de não respeito às epistemologias do Sul. Parte-se da perspectiva de que a

defesa do direito à Educação libertária dos povos das Américas, deve sempre partir de uma busca emancipatória das práticas coloniais uniformizadoras.

A partir da observância da existência do problema epistemológico da educação como instrumento reafirmador da ideologia colonizadora da Modernidade, conclui-se, que há a necessidade de construção de uma nova perspectiva educacional libertária e inclusiva que permita ao ser humano se formar como cidadão responsável pela instituição real de uma democracia pautada na ética da diversidade social, cultural, intelectual e humana que respeite a real identidade dos povos.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhou. Entrevista cedida a ALVES FILHO, Manoel. **Jornal da UNICAMP**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhou>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MEARSHEIMER, John J. **A Tragédia Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MONTESSORI, Maria. **A educação e a paz**. Campinas: Papyrus, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em 12 de julho de 2022.
Aceito em 20 de setembro de 2022.

